

ONDE ESTÃO OS PROFESSORES?

TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS DOS EGRESSOS DAS LICENCIATURAS

Fabiano Cavalcanti Mundim

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

E-mails: fabiano.mundim@inep.gov.br

Luiz Carlos Zalaf Caseiro

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

E-mails: luiz.caseiro@inep.gov.br

Alvana Maria Bof

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)

E-mails: alvana.bof@inep.gov.br

Resumo ampliado:

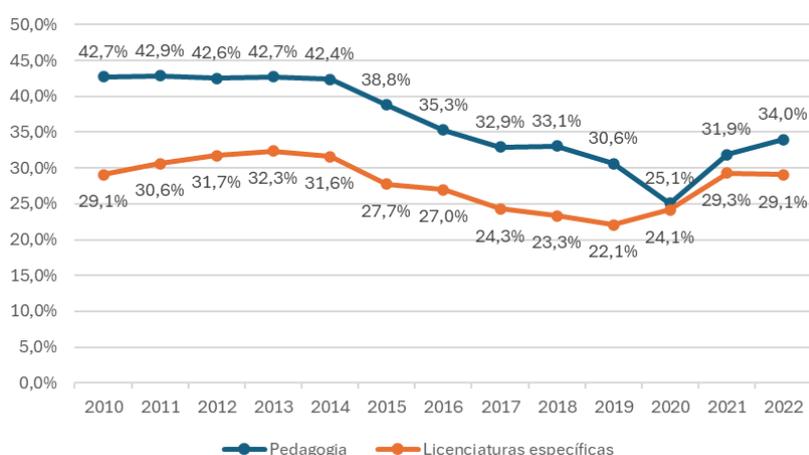
Este estudo objetiva colaborar com as discussões sobre a proposta governamental para o Novo PNE – Projeto de Lei (PL) nº 2.614/2024, no âmbito da formação e valorização dos professores da educação básica, tema incluso no Objetivo 16 do PL, que propõe “Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica.” (BRASIL, 2024).

Os dados referentes à Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) (BRASIL, 2014), a qual trata da adequação da formação docente, mostram que o Brasil está distante de assegurar que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior adequada às disciplinas que lecionam. Em 2023, cerca de 74,9% das docências nos anos iniciais do ensino fundamental (EF), 60,4% nos anos finais do EF e 68,2% no ensino médio (EM) eram efetuadas por professores com formação superior adequada, percentuais ainda distantes das metas estabelecidas no PNE.

Além disso, agravando a situação, um estudo recente mostrou que há insuficiência de professores para atuar em diversos componentes curriculares do EF e do EM na maioria das unidades federativas, sobretudo considerando que somente cerca de um terço

dos concluintes dos cursos das licenciaturas específicas¹ seguem a carreira docente (Gráfico 1), conforme aponta o estudo (Bof; Caseiro; Mundim, 2023). O estudo mostra ainda que o problema não está na oferta de vagas, pois a ociosidade de vagas iniciais nas licenciaturas aumentou em todos os segmentos e modalidades de ensino. Isso revela que, aparentemente, a dificuldade reside na falta de atratividade da carreira docente, apontada já em alguns trabalhos (FVC; FCC, 2009; Pinto, 2014).

Gráfico 1 - Percentual de egressos dos cursos de pedagogia e licenciaturas específicas que atuam como docente no ano seguinte após a conclusão da graduação – Brasil – 2010-2022



Fonte: Censo da Educação Básica (2010-2023) e Censo da Educação Superior (2010-2022).

Nesse sentido torna-se importante saber para onde vão, no mercado de trabalho, os licenciados que não atuam como professores da educação básica, bem como identificar em quais ocupações estão os egressos dos cursos de licenciaturas (seja de formação específica, seja de Pedagogia) que não seguem a carreira do magistério. Para isso, utiliza-se os dados do Censo da Educação Superior (Censup), do Censo da Educação Básica (Censo Escolar) e da Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

¹ A denominação “licenciaturas de áreas específicas”, por complementação ao curso de Pedagogia, segue a definição adotada pelo Censup na classificação Cine Brasil, adaptada de classificação internacional de cursos padronizada pela Unesco. Nela, os cursos de Pedagogia são classificados como “Formação de professores sem áreas específicas”, enquanto as demais licenciaturas analisadas são classificadas como “Formação de professores de áreas específicas”. Essa definição pode ser verificada por meio da variável NO_CINE_AREA_DETALHADA. Além das questões de nomenclatura, essa diferenciação é pertinente do ponto de vista analítico e da política pública, uma vez que os egressos da Pedagogia se constituem em potenciais professores para os anos iniciais do EF, enquanto os egressos das demais licenciaturas são potenciais professores dos anos finais do EF e do EM.

O Gráfico 2 apresenta os percentuais de egressos das licenciaturas em categorias ocupacionais. Nota-se que a maior parte deles (30,4%) são trabalhadores em serviços – como operadores do comércio em lojas e mercados, recepcionistas, inspetores de alunos e afins, trabalhadores em serviços de promoção e apoio à saúde, manutenção de edificações e caixas (exceto de bancos), coleta de resíduos, de limpeza e conservação de áreas públicas, operadores de telemarketing e afins, policiais, guardas-civis municipais e agentes de trânsito, vigilantes e guardas de segurança etc.

Cerca de um quarto deles (21,8%) estão na categoria de agentes, assistentes e auxiliares administrativos. Há uma parcela de 10,6% de egressos que ocupam posições de técnicos de nível médio, como técnicos e auxiliares de enfermagem, especialistas em promoção de produtos e vendas, agentes de saúde etc.

Cerca de 10% são profissionais do ensino (que não docentes da educação básica) como programadores, avaliadores e orientadores de ensino etc.

Gráfico 2 - Ocupações dos egressos da pedagogia e licenciaturas específicas que não eram docentes da educação básica (2010-2020)



Fonte: Censo da Educação Superior (2010-2022), Censo Escolar (2021-2023) e Rais (Brasil. MTE, 2022).

Em relação à remuneração dos egressos (Tabela 1), observa-se que a remuneração média dos professores da educação básica é inferior à de diversos outros grupos ocupacionais, como os militares, dirigentes e gerentes, outros profissionais de nível superior e outros profissionais do ensino que não são da educação básica. Esses grupos ocupacionais com maiores remunerações médias, em seu conjunto, respondem por

32,6% dos egressos da pedagogia e demais licenciaturas que não são docentes da educação básica (Gráfico 2).

Tabela 1 – Remuneração média mensal, em 2022, dos egressos da pedagogia e licenciaturas específicas, entre 2010 e 2020, por grupo ocupacional – em Reais (R\$) de 2022.

Grupo Ocupacional	Remuneração média mensal (R\$)
Militares	7.720,2
Dirigentes e gerentes	5.441,0
Outros profissionais de nível superior	4.840,0
Profissionais do ensino	4.585,8
Técnicos de nível médio	4.188,1
Professores da educação básica	4.089,3
Agentes, Assistentes e Auxiliares Administrativos	3.853,1
Trabalhadores da Indústria	3.503,8
Trabalhadores da agropecuária e extrativismo	2.673,1
Trabalhadores de serviços	2.531,2

Fonte: Censo da Educação Superior (Brasil. Inep, 2024b) e da Rais (Brasil. MTE, 2022).

Ao comparar a ocupação exercida pelos licenciados nos quatro anos antes e nos quatro anos após a conclusão do curso, constatam-se duas grandes tendências: a primeira é a da conversão em docentes, após a graduação, de pessoas que atuavam em outras ocupações antes da graduação; a segunda é a da permanência nos grupos ocupacionais de origem após a graduação. Evidencia-se, portanto, o peso da trajetória ocupacional prévia na trajetória ocupacional após a conclusão do curso (Tabela 2).

Ao considerar o período de quatro anos antes da conclusão do curso, nota-se que 35,1% dos egressos das licenciaturas já atuavam como docentes nesse período (410.854 pessoas). Nos quatro anos após a conclusão da licenciatura, esse percentual aumentou para 54,8% do universo analisado (641.282 pessoas). A taxa de permanência na docência, ou seja, o percentual daqueles que já eram docentes antes da licenciatura e permaneceram na docência após a conclusão do curso foi de 80,1% (328.977 pessoas).

Nota-se como a conclusão de um curso de licenciatura pode ser relevante para a mobilidade ocupacional de diversas categorias de trabalhadores. Por exemplo, percebe-se que os trabalhadores agrícolas que concluíram um curso de licenciatura tiveram a menor taxa de permanência no mesmo grupo ocupacional (17,6%), sendo que

37,3% deles se converteram em docentes após a conclusão do curso e 32,9% passaram a exercer outras ocupações, enquanto 12,2% deixaram de ter registro formal de emprego.

Tabela 2 – Origens e destinos ocupacionais dos egressos das licenciaturas entre 2014 e 2018

Grupos ocupacionais	Docentes	Trabalhadores de serviços	Trabalhadores administrativos	Técnicos de nível médio	Trabalhadores da indústria	Dirigentes e gerentes	Profissionais de nível superior	Militares	Trabalhadores agrícolas	Sem vínculo	Totais das linhas (origens ocupacionais)		
											(N)	(%)	
Docentes	80,1%	4,0%	2,7%	1,0%	0,4%	2,2%	1,2%	0,2%	0,0%	8,1%	410.854	35,1%	
Trabalhadores de serviços	41,7%	30,8%	6,3%	2,7%	1,3%	2,6%	3,1%	0,4%	0,1%	11,1%	221.113	18,9%	
Trabalhadores administrativos	38,9%	8,7%	28,5%	3,2%	1,0%	4,1%	4,5%	0,5%	0,1%	10,6%	124.544	10,6%	
Técnicos de nível médio	35,3%	8,4%	6,2%	30,9%	1,3%	2,8%	4,8%	0,3%	0,1%	9,9%	48.826	4,2%	
Trabalhadores da indústria	37,6%	10,7%	5,5%	5,7%	21,7%	2,0%	3,8%	0,6%	0,3%	12,1%	36.879	3,2%	
Dirigentes e gerentes	40,3%	8,9%	8,1%	2,7%	0,9%	22,6%	3,4%	1,1%	0,1%	11,9%	27.757	2,4%	
Profissionais de nível superior	34,1%	5,7%	7,6%	3,4%	0,8%	5,0%	29,5%	0,3%	0,1%	13,6%	19.286	1,6%	
Militares	7,4%	3,3%	2,6%	1,3%	0,8%	1,9%	1,6%	73,8%	0,0%	7,3%	10.729	0,9%	
Trabalhadores agrícolas	37,3%	11,5%	6,5%	4,4%	5,5%	2,3%	2,5%	0,2%	17,6%	12,2%	1.987	0,2%	
Sem vínculo	45,2%	7,9%	4,9%	2,3%	0,9%	2,2%	3,5%	0,5%	0,1%	32,3%	268.069	22,9%	
Totais das colunas	(N)	641.282	128.714	82.935	39.326	17.447	35.354	37.598	12.086	1.207	174.095	1.170.044	100,0%
destinos	(%)	54,8%	11,0%	7,1%	3,4%	1,5%	3,0%	3,2%	1,0%	0,1%	14,9%	100,0%	

Fonte: Censo da Educação Superior (2014-2018), Censo Escolar (2010-2022), Rais (2010-2022)

Percebe-se, portanto, que a diversidade da atuação dos licenciados está associada às suas origens socioeconômicas, conforme suas trajetórias anteriores no mercado de trabalho.

Os demais dados reforçam a questão da desvalorização da remuneração e da carreira da profissão docente em relação a outras de nível superior. Não obstante a profissão docente tenha passado a ter como requisito formação superior em um curso de graduação desde a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no que diz respeito ao salário ela é ainda equiparada, em média, a uma ocupação de nível médio.

Referências

BOF, Alvana Maria; CASEIRO, Luiz Carlos Zalaf; MUNDIM, Fabiano Cavalcanti. Carência de professores na educação básica. Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, v. 9, 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional – PNE e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Projeto de Lei nº 2.614, de 27 de junho de 2024. Propõe o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Projetos/Ato_2023_2026/2024/PL/pl-2614.htm>. Acesso em: 08 fev. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2023. Brasília, DF, 2024a. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Microdados do Censo da Educação Superior 2022. Brasília, DF, 2024b. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Relação Anual de Informações Sociais (Rais): 2010-2022. Brasília, DF, 2022. Disponível no servidor do Inep, acessível por meio o Serviço de Acesso a Dados Protegidos (Sedap/Inep)

FUNDAÇÃO VICTOR CIVITA (FVC); FUNDAÇÃO CARLOS CHAGA (FCC). A atratividade da carreira docente no Brasil: relatório final. São Paulo: FVC, 2009. (Estudos e Pesquisas Educacionais, v. 1).

PINTO, J. M. R. O que explica a falta de professores nas escolas brasileiras? Jornal de Políticas Educacionais, Curitiba, n. 15, p. 3-12, jan./jun. 2014.

